



A cobertura jornalística brasileira sobre refugiados e as possibilidades do jornalismo para paz

Anelise Zanoni Cardoso ¹

Resumo: Ao lançar o paradigma do jornalismo para paz, Johan Galtung (2006) levanta a possibilidade de o jornalista atuar como protagonista em processos de pacificação. A teoria prevê a construção de discursos esclarecedores e abordagem mais ampla sobre todas as faces que estão relacionadas à guerra. Desafiador, o conceito influencia nos tradicionais critérios de noticiabilidade e pode, à primeira vista, ser considerado uma ideia que não combina com as rotinas jornalísticas. Este artigo tem o objetivo de analisar as potencialidades do uso do jornalismo para paz em coberturas jornalísticas sobre refugiados. Tem-se como base textos dos jornais Correio Brasileiro, Folha de São Paulo e Zero Hora, publicados entre os anos de 2001 e 2011 e assinados por repórteres brasileiros.

Palavras-chave: refugiados, jornalismo para paz, mediação, resolução de conflitos, estudos para paz

1. Introdução

Expulsos do país onde nasceram e criaram raízes, os refugiados encontram-se espalhados por todos os continentes. Estão em terras estrangeiras, em busca de abrigo, emprego e condições que os ajudem a retomar alguns requisitos mínimos de cidadania.

Apesar de seu caráter histórico, principalmente por estar relacionado de alguma forma com as movimentações de imigração e migração, e de sua antiga trajetória, a situ-

¹ Jornalista, professora de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/Sul). É doutoranda de Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Comunicação Social pela PUCRS.

ação do refúgio ganhou novos espaços de discussão principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Desde o acontecimento, nunca se falou tanto nestes indivíduos, porque o ataque aos Estados Unidos foi capaz de agendar também a temática e de causar uma série de conflitos que culminaram no aparecimento de mais refugiados pelo mundo².

Contrário ao movimento de exclusão desses novos arranjos mundiais, conceitos de paz vêm se fortalecendo nos últimos anos e trazendo novas reflexões que se debruçam sobre a possibilidade de diferentes áreas do conhecimento atuarem de forma diplomática na busca de estados sem conflitos.

Principal divulgadora de discursos pró e contra a guerra, a imprensa tem o poder de ingressar nesta área atuando de forma construtiva ou incitando a violência. Pode trazer mudanças significativas – o que colaboraria para a criação de uma sociedade mais justa e amigável – ou promover uma verdadeira luta do bem contra o mal, quando tem a missão de reproduzir falas e narrativas sem aprofundar-se nas causas do fato e na história dos personagens envolvidos na trama.

Sob a ótica do jornalismo, o fenômeno do refúgio ganha distintas interpretações a partir de recortes. A técnica é capaz de promover diferentes discursos e textos sobre o tema e constrói versões ou representações que nem sempre condizem com a verdade, são realidades midiáticas. O trabalho jornalístico também pode semear a guerra, o genocídio e até mesmo o terrorismo – seja por meio de narrativas voltadas para a arena do conflito, do foco nas conseqüências visíveis da guerra (mortes, danos materiais) ou ocultação de atitudes pacificadoras.

Neste sentido, deve-se ter em mente que cada fato relacionado à temática proposta só ganha importância se é noticiado, ou seja, apenas o recorte escolhido e publicado pode ser considerado jornalístico. Apesar do consenso de que notícia é um fato real, procura-se vislumbrar nela sua função social de formadora de opinião pública, de instrumento de conhecimento do mundo.

² Inclusive a chamada guerra contra o terror, lançada pelo governo norte americano de George W. Bush logo após os ataques, trouxe conseqüências para o cenário mundial, resultando em levas de refugiados, principalmente do Afeganistão.

Pensando no uso do jornalismo como uma estratégia em busca de dar ordem aos conflitos, o pesquisador norueguês Johan Galtung é um dos primeiros estudiosos a lançar a ideia do jornalismo voltado para paz. Nesta esfera, em sua obra de 2006, ele considera que a técnica pode ser entendida como agente de desenvolvimento, principalmente pela criação da consciência crítica. Sua estrutura e ética podem complementar as necessidades da democracia, assim como encorajar uma transição nas práticas de mobilização, mudar opiniões e atitudes e, inclusive, construir uma realidade mais honesta entre as diversidades culturais. Em termos gerais, o jornalismo voltado para paz é uma estratégia que visa à melhoria das representações, da construção da realidade e da consciência crítica e pode atuar na construção de distintos pontos de vista sobre um determinado tema.

Com base no paradigma de Galtung e na reflexão crítica sobre o trabalho da imprensa na cobertura jornalística sobre refugiados, surge este artigo. O texto tem como objetivo discutir a possibilidade do uso do jornalismo para paz em coberturas jornalísticas sobre refugiados publicadas em três jornais: Correio Braziliense, Folha de São Paulo e Zero Hora.

O conteúdo que segue faz parte de uma investigação preliminar, fruto de um projeto de pesquisa em desenvolvimento e que se transformará em minha tese de doutorado. Mais do que reconhecer perspectivas do mercado editorial brasileiro, o estudo prevê uma análise sobre o produto jornalístico entregue ao leitor no período de 12 de setembro de 2001 e 12 de setembro de 2011³ e uma reflexão sobre as abordagens feitas por repórteres e editores brasileiros sobre a temática. Dentro deste período, estão sendo analisados apenas textos assinados por jornalistas brasileiros⁴.

Uma das justificativas para a escolha da proposta deve-se ao fato de que a relação entre o fazer jornalístico voltado ao tema do refúgio e sua relação com o jornalismo para paz é relativamente nova no campo da comunicação brasileiro. Além disso, no Brasil, poucos pesquisadores dedicam-se à possibilidade de o jornalista atuar como me-

³ O período escolhido tem como ponto de referência os dez anos que sucederam os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, momento que representou uma grande mudança no cenário internacional, com uma produção elevada de refugiados, e transformações para a comunicação.

⁴ As produções não assinadas ou de agências de notícias serão desconsideradas porque representam uma visão global do fenômeno e não uma perspectiva com foco local.

diador da paz, o que faz com que parte das referências sobre o tema seja de origem estrangeira. Também deve-se considerar que o país é um parceiro importante nos processos de recepção de estrangeiros – desde seu histórico com imigrantes até os dias de hoje – e que a diáspora faz parte de uma cultura global.

2. O cenário da diáspora e a cobertura jornalística

Ao contrário dos imigrantes⁵, que se deslocam com o pressuposto de que o local do outro é uma terra de oportunidades, onde pode-se consolidar o sucesso imaginado, os refugiados deixam a terra natal motivados por alguma ameaça ou perseguição. Mesmo vivendo em momentos de hostilidade, ao deixarem o ambiente onde vivem, mantêm a ideia de que o próximo deslocamento trará esperança e vida mais digna – o que nem sempre ocorre.

Desde 1951, a partir de uma convenção assinada em Genebra e reavaliada anos mais tarde, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera refugiado

Todo indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; não tendo nacionalidade ou estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função de circunstâncias descritas no inciso anterior; devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997).⁶

A partir das classificações que possibilitaram tal proteção, a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) assumiu a assistência deles, bem como os procedimentos envolvidos na questão e a responsabilidade de cuidar de deslocados internos, apátridas e retornados. Estima-se que vivam no mundo pelo menos 35,4 milhões de pessoas sob estas condições.

No Brasil, um movimento mais significativo rumo ao país ocorreu por volta de 1975, quando argentinos, uruguaios e chilenos desembarcaram em busca de abrigo. A

⁵ Segundo a definição da ONU, imigrante é aquela pessoa que permanece fora de seu país por pelo menos um ano. Informações disponíveis em <http://www.migrante.org.br/glossario.htm>

⁶ Íntegra da lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesado em 15 de janeiro de 2012

partir dos anos 1980, vieram milhares de angolanos que fugiam da guerra civil. Atualmente, é confirmada a permanência de 4.493 refugiados no país, segundo dados de 2011 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Destes, 4.065 foram reconhecidos pelas vias tradicionais de elegibilidade e 428 foram reconhecidos pelo Programa de Reassentamento.⁷

Embora os números brasileiros estejam abaixo dos contingentes acolhidos por outros países da América do Sul, como Equador e Venezuela, o grupo acomodado no Brasil é considerado o mais diverso do planeta, composto por 77 diferentes nacionalidades. Isso indica, ao menos simbolicamente, a capacidade de o país hospedar indivíduos e coletividades oriundas de diferentes regiões do mundo, de distintos credos e línguas. A tradição remonta períodos em que o território se transformou em um bolsão de imigrantes e em linha divisória entre a possibilidade de ascensão social e a derrota econômica, social e cultural do indivíduo.

Além da realidade oficial sobre o refúgio, o Brasil mobiliza-se também para ajudar no assentamento de milhares de haitianos que fugiram do país nos últimos anos. Em 2011, segundo dados do Conselho Nacional de Imigração, pelo menos 4 mil deles ingressaram aqui em busca de emprego e moradia, e o governo passou a emitir vistos especiais para que entrem no território com documentação validada e atuem no mercado de trabalho.

Mais do que um indivíduo que transita entre fronteiras, o refugiado é representado na mídia negativamente, como uma pessoa com um problema a ser solucionado. Vítima de perseguições e violações aos direitos humanos, ele tem o ônus de ter perdido familiares, casa, carreira e a própria identidade ao longo da busca pela sobrevivência. Além disso, nem sempre tem conhecimentos técnicos que lhe garanta uma vaga no mercado de trabalho ou abertura cultural para inserir-se em uma nova atmosfera de novos hábitos e costumes. Para cada experiência em solo estrangeiro, tem a missão de reconstruir a vida e o papel de si mesmo. Precisa agregar elementos de sua história e lidar com estigmas negativos que o acompanham.

Em plena época de tempos globais, tessituras diferentes se formam em torno deste personagem. Quando ingressam em um território diferente ao da terra natal, a ho-

⁷ Disponível em www.acnur.org.br

mogeneidade cultural promovida pelo mercado da globalização e a própria exposição deles por meio da mídia pode levar ao distanciamento da própria identidade de refugiado.

No campo da comunicação, as dicotomias que envolvem o sentido das coberturas jornalísticas ajudam a construir diferentes representações e imaginários sobre o que é ser refugiado. Dentro dos significados produzidos pela mediação do jornalista, os sentidos movem-se entre textos, que ganham caráter diferenciado através do tempo e do espaço. Para Silverstone (2002), tais significações movem-se do público para o privado, do institucional para o individual, do global para o local, e vice-versa. Thompson (2011) considera que é importante pensar nos meios de comunicação em relação aos contextos sociais práticos nos quais os seres produzem e recebem as formas simbólicas mediadas.

Nos jornais, de modo geral, o refugiado é apresentado como um “intruso” e não como um estrangeiro. Para Van Dijk (1997), o uso dessa representação ocorre porque os jornalistas geralmente se identificam como integrantes de um grupo branco, e as minorias representariam a diferenciação entre eles. O discurso diário, uma relação de ideias que ganha forma por meio de técnicas e resulta no campo de linguagem, envolve figuras e domínios de linguagem como este, além de códigos do próprio saber, que podem, de alguma forma, ser estereotipadas e relacionados ao bem ou ao mal.

Além disso, as estratégias semânticas permitem a formação de realidades negativas sobre o tema, provenientes do próprio trabalho do repórter. O profissional trabalha com aquilo que enseja o código, com procedimentos de seleção e de combinação que, articulados, vão se transformar em mensagens e, de maneira mais abrangente, em discursos sociais. O fundamento dessa subjetividade está no exercício da língua, que contém sempre formas apropriadas à sua expressão, e o discurso provoca a emergência da subjetividade.

Na mediação, são infinitas as possibilidades do uso da língua e cada tipo de discurso empregado nas coberturas sobre refugiados cristaliza um dispositivo de enunciação que lhe é próprio (FAUSTO NETO, 1991). Dentro dessa ótica, é óbvia a motivação pelas temáticas enraizadas nos tradicionais critérios de noticiabilidade lançados ao longo dos anos, que podem incluir a notoriedade, a morte, a proximidade, a relevância do tema, entre outros. Quando relacionados a fatores negativos e a algumas escolhas do

discurso profissional, os temas de cobertura jornalística ganham ainda mais evidência e reflexos pouco positivos.

Nesta análise preliminar de dados, em que foram considerados 142 textos sobre refugiados e escritos por jornalistas vinculados aos jornais Correio Braziliense, Folha de São Paulo e Zero Hora predominaram os seguintes aspectos:

- Os textos nascem a partir de elementos factuais: privilegia-se o registro de fatos recém ocorridos em detrimento ao aprofundamento de questões relevantes a assuntos que estão relacionados à temática, como identidade, adaptação ou cultura daqueles que vêm ao Brasil proveniente de zonas de conflito. Também não é apresentada a contextualização dos eventos, o que impede maior entendimento por parte do leitor;

- Estereótipos acerca da identidade do refugiado são construídos e mantidos nos discursos: é comum a verificação de termos que os relacionam à marginalização, ao terrorismo, à preguiça e à falta de interesse ao trabalho;

- Há a criação de imaginários sociais nos quais os refugiados são apresentados como vítimas: a condição de pessoa sacrificada pelo destino é mantida em boa parte dos discursos. Na maioria dos casos, não há registros sobre a busca de um novo posicionamento social no país em que estão vivendo e a vitimização os associa a crimes e práticas ilegais;

- A voz dos refugiados é pouco ouvida: por trata-se principalmente de textos com conteúdos factuais sobre a causa, os indivíduos em questão não ganham espaço de fala para expressarem opiniões ou relatarem sobre suas versões. No lugar deles falam policiais, representantes de organizações não-governamentais, autoridades militares e a agência da ONU – grupos privilegiados e que às vezes estão às margens da causa;

- A cultura local se sobrepõe à identidade dos refugiados: parte-se da ideia de que o jornal, ao tentar inseri-los em um contexto regional, tenta fazer com que eles se integrem na cidade. A atitude é mediada pelo veículo por meio do uso de artifícios comuns aos costumes regionais. Em alguns casos, estes indivíduos são apresentados como apreciadores do futebol brasileiro, dos parques de diversão e até mesmo de alimentos típicos como chimarrão e churrasco.

- O Brasil é representado como um local de acolhimento: embora na cobertura jornalística predominem fatores negativos, o país tem papel positivo nos textos. A vari-

idade étnica e cultural que caracteriza o Brasil colabora para a manutenção de um discurso no qual o território é receptivo para o estrangeiro e pode ser considerado terra de oportunidades para os menos favorecidos.

As observações pontuadas a partir da análise inicial comprovam a construção de uma realidade quase massificada sobre a causa. Partindo da premissa de que as palavras envolvem e encantam, as mesmas podem ter efeito potencializado sobre o público. Embora Thompson (2011) afirme que a recepção do conteúdo produzido pela imprensa faz parte de um processo hermenêutico e depende da interpretação que cada indivíduo fará, se os jornais oferecerem recursos de informação “modulados”, nos quais o refugiado é apresentado de forma negativa e sem direito de fala, será construído para o público um imaginário social fragilizado em relação à realidade.

Para ajustar a dose de acidez das coberturas jornalísticas, o jornalista pode manter-se no mundo mundano, perceber as duas faces do conflito, ajudando a evitar mais conseqüências negativas. É neste mundo da simplicidade, do humanitarismo que a mídia opera de maneira mais significativa, como refere-se Silverstone (2002, p. 20). “Ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum”.

3. O papel diplomático do Jornalismo

Mesmo com as marcas de desenvolvimento provocadas pela globalização e pela evolução dos tempos, muitas civilizações ainda convivem com incessantes guerras. Enquanto os conflitos são o cenário real, a necessidade de instalar uma paz mundial é um desafio que figura cada vez mais a agenda mundial, os círculos acadêmicos e as discussões acerca do papel da mídia nos processos de pacificação.

Fortemente divulgada nos últimos anos, a corrente pela paz teve seu embrião no século 19, com as sociedades que buscavam a prática e o conceito das pacificações. Entretanto, as ideias se fortaleceram no século 20, antes e depois da I Guerra Mundial e em resposta às guerras do Vietnã e do Iraque. Nestes períodos, a imprensa teve papel fundamental e redescobriu seu poder ao modelar o pensamento das massas, principalmente em ações pró-governo ou para mostrar as mazelas dos confrontos. Hoje, outras perspec-

tivas são debatidas, e o trabalho jornalístico é compreendido como aliado aos processos de paz.

O papel da retórica na busca da pacificação é fundamental e justifica a importância de refletir sobre o trabalho jornalístico, acredita Gorsevski (1999) ao lançar uma teoria da comunicação não-violenta. Para ela, as palavras têm poder da mudança social, são capazes de trazer informação, empenho e novas atitudes. Com a influência dos jornalistas, a linguagem e a cultura são determinantes para a implantação e manutenção da paz, e o produto jornalístico, por meio desse conhecimento, pode revelar-se como bom mediador nos processos de pacificação.

Sob esta perspectiva, ações de comunicação para paz seriam capazes de desacerar o pessimismo dos conflitos e sobre as minorias provenientes dele. Para Wainberg (2005), a importância do trabalho jornalístico estaria na aplicação de uma comunicação emocional, na qual o afeto seria o vetor capaz de ingressar no sistema de crenças, modificar eventuais atitudes e abalar as estruturas que facilitam a injustiça.

É no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o jornalismo para paz atua. O paradigma, proposto pelo sociólogo norueguês Johan Galtung e amplamente discutido em sua obra de 2006, constrói-se a partir da reflexão sobre o fazer jornalístico – capaz de mudar a opinião pública, as atitudes e as ações que levam aos atos violentos. Na estrutura estão possibilidades que evitariam discursos padrão, coberturas moduladas e pouco reflexivas, típicas do jornalismo para as massas. Embora novas tentativas de proliferação da temática tenham emergido, Galtung (2006) lançou bases para a confecção de um paradigma embasado na possibilidade de o jornalismo atuar como protagonista dos processos de manutenção e consolidação da paz.

A partir do conceito, é lançada a proposta na qual a disciplina funciona como ferramenta que dá visibilidade a atitudes pacíficas. Neste caso, a mediação até chegar ao público passa por níveis no qual o profissional faz escolhas capazes de levar o destinatário a conhecer possibilidades de paz e novas realidades sob um tema. No caso das coberturas jornalísticas sobre refugiados, poderiam ser lançados princípios básicos do paradigma proposto, como a orientação para solucionar acontecimentos violentos, a divulgação do olhar sobre o sofrimento de todos os envolvidos, a valorização de iniciativas de paz, a humanização de vencedores e perdedores e a valorização da estrutura social e

da cultura dos indivíduos. Para isso, seria necessário que os personagens do texto tivessem voz ativa e que seus próprios elementos de cultura e identidade não fossem eliminados no contexto, como percebeu-se nos jornais investigados.

Reconhece-se o jornalismo para paz como uma ferramenta capaz de dar visibilidade a atitudes que ajudam a promover a ordem social. Sendo assim, o objetivo principal não é defender, mas divulgar o discurso do conflito ou da diferença social para incluí-lo como estratégia de paz e reflexão. Enquanto o jornalismo tradicional tende a valorizar elementos negativos relacionados à violência como resposta de crises, no jornalismo proposto por Galtung criam-se oportunidades que ajudam a sociedade a considerar valores da não-violência. Para isso, é preciso encontrar estratégias críticas, construtivas e jornalísticas de mediação, assim como reconhecer que os fatos são sempre selecionados por meio das escolhas do jornalista.

Quando analisa a produção dos profissionais da imprensa, o autor norueguês deixa claro que, para fazer os textos de forma crítica e construtiva, a narrativa precisa privilegiar ambas as partes de uma situação e utilizar a investigação para decifrar temas que ainda permanecem obscuros – o que muitas vezes é difícil em coberturas jornalísticas que apóiam-se exclusivamente em conteúdos factuais. No tocante à estrutura de texto, as premissas sugerem a produção igualitária e reflexiva, que evita o tom de explanação apenas para uma parte envolvida no confronto e estigmatizações entre o bem e o mal – nestes casos é preciso dar voz às minorias.

Além de atuar como modificador de atitudes e opiniões, o conceito segue critérios de objetividade, assim como mantêm textos críticos e analíticos. Entre algumas possibilidades estão o uso de questionamentos, da contextualização e a escolha de palavras com mais precisão e minúcia, evitando metáforas e termos pejorativos. Assim, a maneira com que a mídia apresenta o conflito, a violência e seus “derivados” será determinante de reações do público, que pode ser incentivado a fazer guerra ou a promover a paz.

Em sentido convergente à ideia, Dov Shinar (2008) considera que a dissolução do conflito ocorre quando o profissional se propõe ao esclarecimento e insere nele características religiosas e culturais, que ajudariam na compreensão do fato – o que não foi percebido na análise dos três jornais em questão. Por este caminho, o profissional

construiria uma relação íntima entre o jornalismo para paz e a estrutura democrática, o que traria o equilíbrio entre interesses sociais, considerações econômicas e seus próprios desejos de mídia para obter honestas representações midiáticas e contribuir para a redução das desigualdades.

A ênfase do paradigma nas histórias seria desencorajadora de coberturas superficiais porque auxilia na construção de textos a partir de reflexões e abordagens mais interpretativas.

A experiência leva a pensar que a adoção do jornalismo para paz pode chamar a atenção e a opinião do público para o impacto e ameaças dos conflitos; com otimismo, satisfaz a demanda por cobertura mais equilibrada e encoraja interpretações alternativas e reflexão crítica (SHINAR, 2004, p. 44)

Para Lynch (2007) a teoria tenta reconstruir a triangulação entre comportamento, atitude e contradição, mostrando diferentes lados da notícia e apresentando pontos que explicam como as coisas chegaram àquele desfecho. A diferença, então, é que o jornalismo para guerra, que pode ser caracterizado pelo modo tradicional, é linear na forma de pensar, enquanto o jornalismo para paz é extralinear e multidimensional.

4. As fragilidades do jornalismo para paz

Positiva do ponto de vista global, a teoria tem fragilidades e ainda é pouco debatida no Brasil. Para uma análise adequada, deve-se avaliar também a predileção jornalística por temas relacionados à guerra – proveniente dos atrativos relacionados aos critérios de noticiabilidade. É recomendado considerar que as imagens produzida partir dos refugiados, entrelaçadas em histórias emocionantes, ajudam a construir imaginários sobre a própria guerra, causam emoção, visibilidade e audiência a qualquer veículo de comunicação.

Cenas e textos que promovem representações negativas fortalecem o imaginário do público – e suas expectativas em relação à guerra – e reforçam bases ligadas à audiência e ao sucesso da cobertura. Até mesmo Galtung (1965), que milita na causa da paz há décadas, assume que as notícias negativas são mais atrativas porque são consensuais e fazem as pessoas terem um julgamento conjunto, massificado. Coberturas distanciadas da paz também são mais inesperadas e causam reações do público – ódio, raiva, senti-

mento de injustiça, entre outros. Portanto, a temática da paz, além de atual, representa uma conversão do posicionamento tradicional do jornalismo para um mais moderno, humanitário e diferenciado.

Outra crítica é feita por Hanitzsch (2007), que considera essa teoria uma vertente com visão individualizada, porque ignora o fato de alguns limites atuarem no trabalho dos jornalistas, como o número reduzido de pessoal, a falta de tempo e de recursos, as hierarquias e as dificuldades de acesso à cena da notícia. De acordo com o pesquisador, para ter impacto no modo com que as notícias são feitas e desenvolver uma vertente crítica, os defensores do conceito precisariam endereçar constrangimentos estruturais aos meios de produção da notícia.

Embora considere que o paradigma tenha objetivo nobre, Hanitzsch (2007) acredita que ele é aplicável apenas para aqueles que estão ligados à pesquisa acadêmica, o que faz com que exista a crítica sem saber exatamente como é feita a cobertura jornalística. Enquanto alguns aspectos os princípios básicos já tenham sido incorporados na cobertura midiática, outras características parecem impraticáveis na rotina do jornalismo, pois os veículos de comunicação mantêm foco na audiência, que muitas vezes está relacionada a assuntos espetaculares. Dentro da realidade, a guerra, o conflito e as informações negativas têm mais apelo que a paz, porque sugerem imagens mais impactantes, criam imaginários mais completos e lidam com sentimentos mais intensos. A guerra fala pela própria guerra.

Além disso, o trabalho jornalístico está relacionado à mediação, que implica o movimento de significado de um discurso para outro e, por isso, deve-se considerar a transformação e a circulação de significados. Nestes casos, o repórter, ao divulgar um acontecimento, apodera-se dele de maneira isolada. Assim, para assumir as características de um jornalismo para paz, o profissional precisaria assumir ideias “politicamente corretas” e reconstituir os fatos com mais aprofundamento e tempo de pesquisa.

Para conseguir atuar no mercado, a técnica precisaria assumir valores semelhantes do jornalismo corporativo. E, para sobreviver às críticas e discussões sobre seu valor analítico, deveria aprender a olhar para as audiências fragmentadas e ativas em vez de vislumbrar as massas passivas que precisam ser iluminadas pela virtude do direito e comunicação direcionada.

Wolfsfeld (2004) justifica a mesma ideia ao dizer que há uma inerente contradição entre a lógica do processo de paz e as demandas profissionais do jornalismo, porque o primeiro é complicado e o trabalho do jornalista demanda simplicidade. Neste sentido, as pacificações precisam de tempo para se desdobrar e desenvolver, enquanto os jornalistas exigem resultados imediatos.

Park (2008) traz a discussão para o campo midiático e levanta a tese de que quanto mais se eleva a tensão por meio da mídia, mais se estreita o limite do interesse do público e se limita a esfera de acontecimentos a que o público responderá (ou interpretará). Sendo assim, em tempos de conflitos, a palavra emerge como soberana da guerra. Deve-se considerar também que, no processo de produção jornalística, o repórter constrói um discurso no qual as informações são filtradas, combinadas e transformadas em uma linguagem cognitiva para produzir a realidade que ele mesmo interpreta e distribui. Esse enquadramento será justamente a noção que o público considera verdade. Ou seja, se na cobertura jornalística sobre refugiados o repórter escolhe cenas que incitam o conflito, a marginalização e a vitimização, o leitor considerará que este é o cenário real e confiável.

Portanto, atuar como mediador da paz somente é possível se houver um duplo interesse: pessoal e corporativo sobre a temática. O discurso ajuda a construir esse “mundo real” e deve ser reconhecido também como produto da subjetividade do profissional e das exigências que envolvem a política da empresa para qual trabalha. Na trajetória dessa construção, é possível que os acontecimentos resultem da fuga de regras de imparcialidade e neutralidade exigidas pelo exercício profissional.

Referências

60 Years and Still Counting. **UNHCR Global Trends 2010**. Disponível em <http://www.unhcr.org/4dfal1499.html>

GALTUNG, Johan. **Peace Journalism as an Ethical Challenge**. GMJ: Mediterranean Edition 1, Fall, 2006. P. 1- 5

_____. WEBEL, Charles. **Hand Book of Peace and Conflict Studies**. London: Routledge, 2007

_____. **The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers**. Journal of Peace Research. March 1965 2:64-90

GORSEVSKI, Ellen W. **Non violent theory on communication:** The implications for theorizing a nonviolent rhetoric. *Peace & Change*, v. 24, n 4, outubro de 1999

HANITZSCH, Thomas. **Situating peace journalism in journalism studies:** a critical appraisal. *Conflict & Communication online*, volume 6, numero 2, 2007, berlin. In: www.cco.regeneration.de

LYNCH, Jake. **A course in Peace Journalism.** *Conflict & Communication online*. Vol, 6, n. 1, 2007. P 1 – 20

_____. **Peace Journalism and its discontents.** *Conflict & Communication online*. Vol. 6, n 2, 2007. P. 1 – 13

MILESI, Rosita (org.) **Refugiados – realidades e perspectivas.** Brasília: Edições Loyola, 2003.

NETO, Fausto. **Mortes em Derrapagem.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento – um capítulo da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa. MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa.** Volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. P. 51-70

SHINAR, Dov. **Mídia democrática e jornalismo voltado para paz.** *Revista Líbero* – Ano IX, numero 21, junho, 2008, páginas 39-48

SILVERSTONE, Roger. **What's new about new media? New Media and Society.** London: vol 1: 10-82, 1999

_____. **Por que estudar a mídia?.** São Paulo: Loyola, 2002

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade – uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun. **Racismo y análisis crítico del discurso.** Barcelona: Paidós, 1997.

WAINBERG, Jacques. **Mídia e Terror – Comunicação e Violência Política.** São Paulo: Paulus, 2005.

WOLFSFELD, Gadi. **Media and Path to Peace.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004